

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura - 2.ª Sessão Legislativa

ATA NÚMERO CINQUENTA E SEIS

Aos vinte dias do mês de janeiro de 2021, pelas dez horas, reuniu a **Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território** na sala cinco do Palácio de S. Bento, na presença dos Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação das Atas n.º 53, 54 e 55

2. Iniciativas Legislativas

Baixa

PJL 625/XIV/2.a (PAN) - Promove a interdição do fabrico, posse, utilização e venda de artefactos tendentes a capturar aves silvestres não sujeitas a exploração cinegética PJL 632/XIV/2.a (PCP) - Monitorização dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos e definição de estratégias para incremento da valorização e reciclagem de resíduos urbanos

<u>PJL 633/XIV/2.a</u> (PCP) - Redução de embalagens supérfluas em superfícies comerciais

PJL 639/XIV/2.a (PEV) - Redução de resíduos de embalagens

Especialidade

AP 35/XIV/2.a (BE) - Decreto-Lei n.º 92/2020, de 23 de outubro, "Altera o regime geral de gestão de resíduos"

3. Projetos de Resolução

Baixa

(Para efeitos do art.º 128.º/2 RAR)

PJR 840/XIV/2 (PSD) - Recomenda ao Governo que estabeleça o programa nacional de apoio ao uso da bicicleta no ensino pré-escolar

<u>PJR 854/XIV/2</u> (PAN) - Recomenda ao Governo português que garanta o correto tratamento dos efluentes das suiniculturas

<u>PJR 856/XIV/2</u> (**PSD**) - Recomenda ao Governo a classificação da área constituída pela duna de Salir do Porto, antiga alfândega, capela de Sant'ana e "Pocinha" como paisagem protegida

Discussão

a) PJR 688/XIV/2 (PSD) - Recomenda ao Governo a implementação de ações tendentes à despoluição do rio Ferreira e à requalificação das suas margens, bem como o funcionamento em pleno da ETAR no mais curto espaço de tempo possível PJR 698/XIV/2 (BE) - Recomenda ao Governo que cumpra a Lei da Água, garanta o correto tratamento de efluentes do Rio Ferreira e assegure a sua urgente despoluição



PJR 815/XIV/2 (PEV) - Recomenda ao Governo que implemente medidas para a monitorização, despoluição e valorização do Rio Ferreira e seus afluentes

 b) PJR 701/XIV/2 (BE) - Revisão da carreira de vigilante da natureza e contratação de efetivos suficientes

PJR 793/XIV/2 (PCP) - Pela Valorização dos Vigilantes da Natureza
PJR 797/XIV/2 (PEV) - Pela revisão da carreira de vigilante da natureza e o reforço de meios humanos para a conservação da natureza e biodiversidade
PJR 825/XIV/2 (NInsc CR) - Recomenda ao Governo a revisão da carreira de Vigilante da Natureza, a contratação de profissionais e o reforço dos meios materiais à sua disposição

Especialidade

<u>PJR 527/XIV/1 (PAN)</u> - Recomenda ao Governo que apoie as organizações nãogovernamentais de cariz ambiental no âmbito da crise provocada pela pandemia causada pelo SARS-CoV-2

PJR 791/ XIV/2 (BE) - Apoio às organizações não governamentais de cariz ambiental no âmbito da crise pandémica, económica e social

- 4. Discussão e votação do Requerimento do GP PCP para Audição da Comissão Central de Trabalhadores da GALP e da FIEQUIMETAL, acerca do anunciado encerramento da refinaria da GALP do Porto
- 5. Discussão e votação do Requerimento do GP PSD para Audição dos subscritores do abaixo-assinado à não construção da linha aérea 60kv, Fermil Bragadas, do Diretor Geral da Energia e Geologia e do Presidente da Associação Portuguesa do Ambiente

6. Outros assuntos

- Presenças:

José Maria Cardoso (BE); Luís Graça (PS); Paulo Leitão (PSD); Alexandre Quintanilha (PS); Filipe Pacheco (PS); Hugo Pires (PS); Joana Lima (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Nuno Fazenda (PS); Raquel Ferreira (PS); Bruno Coimbra (PSD); Hugo Martins Carvalho (PSD); Hugo Patrício Oliveira (PSD); João Moura (PSD); Luís Leite Ramos (PSD); Nelson Peralta (BE); André Silva (PAN); Mariana Silva (PEV);

- Suplentes:

Filipa Roseta (PSD); João Gomes Marques (PSD); Maria Manuel Rola (BE)

- Faltas:

André Pinotes Batista (PS); Joana Bento (PS); Nuno Miguel Carvalho (PSD); Rui Cristina (PSD); Alma Rivera (PCP); João Gonçalves Pereira (CDS-PP); Joacine Katar Moreira (Ninsc)

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na ar@net em Serviços – DRAA – Canal Parlamento, em http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11 CAEOT/CAEOT 20210120 VC.m pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.



O Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, Senhor Deputado José Maria Cardoso, abriu os trabalhos e, após cumprimentar os participantes presentes em sala e em videoconferência, submeteu a apreciação e votação, as atas n.º 53, 54 e 55 sobre as quais o Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) pediu que se procedesse à verificação da lista de presenças. Com as alterações propostas pelo Senhor Deputado Nuno Fazenda (PS), as três atas foram aprovadas por unanimidade.

Foram distribuídos para elaboração de parecer o PJL 625/XIV/2.ª (PAN) - Promove a interdição do fabrico, posse, utilização e venda de artefactos tendentes a capturar aves silvestres não sujeitas a exploração cinegética (ao GP PS, que indicou como relator o Senhor Deputado José Manuel Carpinteira); o PJL 632/XIV/2.ª (PCP) - Monitorização dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos e definição de estratégias para incremento da valorização e reciclagem de resíduos urbanos (ao GP PS, que indicou como relator o Senhor Deputado Hugo Pires); o PJL 633/XIV/2.ª (PCP) - Redução de embalagens supérfluas em superfícies comerciais (ao GP PSD, que indicou como relator o Senhor Deputado Bruno Coimbra); e o PJL 639/XIV/2.ª (PEV) - Redução de resíduos de embalagens (ao GP PS, que indicou como relator a Senhora Deputada Joana Lima). O Senhor Presidente da Comissão solicitou, se possível, a conclusão dos pareceres das 3 últimas iniciativas, se possível, até 3 fevereiro, de modo a permitir a sua apreciação previamente à discussão em plenário, prevista para dia 4 de fevereiro.

No âmbito do ponto relativo à **AP 35/XIV/2.ª (BE)** - Decreto-Lei n.º 92/2020, de 23 de outubro, "Altera o regime geral de gestão de resíduos", o Senhor **Deputado Nelson Peralta** (BE) pediu o adiamento da votação. Indicou que pretende acrescentar uma outra proposta de alteração, atendendo a que não será possível introduzir modificações na recolha de resíduos durante a pandemia. O objetivo é que a taxa de gestão de resíduos (TGR) seja alvo de aumento para evitar que Portugal continue a ser depósito de resíduos de outros países, permitindo ainda com esta alteração que os montantes que resultem do acréscimo sejam canalizados para as entidades que podem introduzir benefícios efetivos ao sistema, ou seja, para as autarquias.

O Senhor **Deputado Bruno Coimbra** (PSD) considerou que proposta do GP BE faz sentido e sugeriu agendamento de uma reunião para tratar exclusivamente deste tema. Alertou para que o Regime Geral de Gestão de Resíduos, sobre o qual incide a alteração do DL 92/2020, foi já integralmente revogado pelo DL 102/2020. Refletiu que se corre o risco de se estar a trabalhar sobre alterações que poderão não surtir efeitos, uma vez que a alteração determinada pelo DL 92/2020 só produz efeitos de janeiro a julho de 2021. Transmitiu ainda que o GP PSD tem intenção de deixar de canalizar os montantes arrecadados através da TGR para gastos administrativos e que pretende dirigir o financiamento para o investimento no sector. Explicitando as propostas de alteração ao DL 92/2020 apresentadas pelo GP PSD, referiu que a TGR deve ser escalonada, mas essa proposta foi rejeitada na discussão do OE. O GP PSD propõe que ocorra desde já o escalonamento, a produzir efeitos a partir de 1 de fevereiro, propondo ainda que as verbas da TGR sejam alocadas ao desenvolvimento do sector. A última proposta de alteração respeita a questões de transparência, que se pretende garantir.



O Senhor **Deputado Nuno Fazenda** (PS) informou que o GP PS subscreve a metodologia, concordando que o tema exige uma abordagem especifica. Havendo consenso, foi estabelecido proceder em conformidade com as propostas apresentadas pelos GP BE e PSD, sendo estabelecido apresentação de **propostas de alteração adicionais.**

O GP PSD pediu o envio para discussão em Plenário do PJR 840/XIV/2 (PSD) - Recomenda ao Governo que estabeleça o programa nacional de apoio ao uso da bicicleta no ensino pré-escolar e que a discussão do PJR 856/XIV/2 (PSD) - Recomenda ao Governo a classificação da área constituída pela duna de Salir do Porto, antiga alfândega, capela de Sant'ana e "Pocinha" como paisagem protegida ocorra em Comissão.

O GP PAN pediu o envio para discussão em Plenário do PJR 854/XIV/2 (PAN) - Recomenda ao Governo português que garanta o correto tratamento dos efluentes das suiniculturas – discussão sobre o mesmo tema do PJR PSD na CAM foi remetido para Plenário

Seguiu-se a discussão dos PJR 688/XIV/2 (PSD) - Recomenda ao Governo a implementação de ações tendentes à despoluição do rio Ferreira e à requalificação das suas margens, bem como o funcionamento em pleno da ETAR no mais curto espaço de tempo possível, PJR 698/XIV/2 (BE) - Recomenda ao Governo que cumpra a Lei da Água, garanta o correto tratamento de efluentes do Rio Ferreira e assegure a sua urgente despoluição e PJR 815/XIV/2 (PEV) - Recomenda ao Governo que implemente medidas para a monitorização, despoluição e valorização do Rio Ferreira e seus afluentes, conforme informação anexa a esta ata, que dela faz parte integrante.

O GP PCP requereu o adiamento da discussão dos PJR 701/XIV/2 (BE) - Revisão da carreira de vigilante da natureza e contratação de efetivos suficientes, PJR 793/XIV/2 (PCP) - Pela Valorização dos Vigilantes da Natureza, PJR 797/XIV/2 (PEV) - Pela revisão da carreira de vigilante da natureza e o reforço de meios humanos para a conservação da natureza e biodiversidade e PJR 825/XIV/2 (NInsc CR) - Recomenda ao Governo a revisão da carreira de Vigilante da Natureza, a contratação de profissionais e o reforço dos meios materiais à sua disposição.

O Senhor **Deputado Bruno Coimbra** (PSD) apresentou o requerimento para audição dos subscritores do abaixo-assinado à não construção da linha aérea 60kv, Fermil – Bragadas, do Diretor Geral da Energia e Geologia e do Presidente da Associação Portuguesa do Ambiente. O Senhor **Deputado Nuno Fazenda** (PS) manifestou nada ter a opor e informou que o GP PS colocou uma pergunta ao Governo em devido tempo, sobre este assunto. O Senhor Deputado Nelson Peralta (BE) deu igual concordância, lembrado que GP BE já apresentou propostas legislativas com o objetivo de proteger as populações afetadas. Submetido a votação, o requerimento foi **aprovado por unanimidade**.

Seguiu-se a apresentação do requerimento do GP PCP para Audição da Comissão Central de Trabalhadores da GALP e da FIEQUIMETAL, acerca do anunciado encerramento da refinaria da GALP do Porto, pelo Senhor **Deputado Duarte Alves** (PCP). O Senhor **Deputado Hugo Carvalho** (PSD) informou que o GP PS não se oporá



a audição, mas sugeriu articulação com as outras Comissões em que estão a ser apresentados requerimentos sobre este encerramento. A Senhora **Deputada Maria Manuel Rola** (BE) referiu que foram aprovados na Comissão de Economia dois requerimentos sobre este assunto. O Senhor **Deputado Nuno Fazenda** (PS) concordou que houvesse articulação entre as duas Comissões e lembrou que a iniciativa de trazer ao Parlamento o Conselho de Administração da GALP foi do GP PS, que está absolutamente comprometidos com o escrutínio deste dossier e defesa dos trabalhadores. Submetido a votação, o requerimento foi **aprovado por unanimidade**.

Na rubrica "Outros assuntos" foi dada nota do convite para participar no encontro online da Rede Parlamentar OCDE, nos próximos dias 9 e 10 de fevereiro, cabendo a representação da Comissão a 2 membros, a designar pelo GP PS e GP PSD.

O Senhor **Deputado Bruno Coimbra** (PSD), coordenador do GT Lei de Bases do Clima, colocou à consideração a possibilidade da reunir no próximo dia 27 de janeiro, 12h00, que foi aceite por todos os presentes.

Relativamente aos próximos trabalhos da Comissão, foi estabelecido elaborar uma grelha especifica para a audição conjunta do MAAC e SEAF sobre venda de barragens, agendada para o próximo dia 27 de janeiro (precedendo a 2.ª audição regimental).

O Senhor Presidente da Comissão transmitiu que a Senhora Coordenadora do GT Amianto o tinha informado da sua intenção de, também na próxima semana, convocar reunião do GT (possivelmente na terça-feira, dia 26). A Senhora **Deputada Filipa Roseta** (PSD) pediu a palavra para referir o pedido de audência IPQ e documentação enviada, propondo que fosse convocada a Comissão Tecnica para a próxima reunião.

O Senhor **Deputado Nelson Peralta** (BE) solicitou que fosse convocada com brevidade reunião do GT voos noturnos para concluir a especialidade deste processo legislativo.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados pelas 11H30.

Palácio de São Bento, 20 de janeiro de 2021

O Presidente da Comissão,

(José Maria Cardoso

IG/

Informação Discussão PJR 794_81